



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

1 Às dez horas do dia vinte e um de outubro de dois mil e dez, no Auditório da Prefeitura Municipal
2 de Governador Valadares, situado à Rua Marechal Floriano, 905 - Bairro Centro, Governador
3 Valadares/MG, teve início a 15ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
4 Foram convidados para compor a mesa: o Sr. Leonardo Deptulski (Presidente do CBH-Doce); a
5 Sra. Elisa Maria Costa (Secretária Executiva do CBH-Doce); a Sra. Joema Gonçalves de Alvarenga
6 (1ª Vice Presidente do CBH-Doce); o Sr. Roberto Cezar de Almeida (2º Vice-Presidente do CBH-
7 Doce); o Sr. Rodrigo Flecha Ferreira Alves (Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos
8 Hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA); o Sr. Robson Monteiro dos Santos (Gerente de
9 Recursos Hídricos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA) e a Srta.
10 Débora de Viterbo dos Anjos Oliveira (Analista Ambiental do Instituto Mineiro de Gestão de Águas -
11 IGAM). Em seguida, o Sr. Leonardo Deptulski iniciou dos trabalhos. O Presidente do CBH-Doce
12 agradeceu a presença de todos e saudou os integrantes da mesa, externou a agenda intensa do
13 Comitê e informou que no início de outubro foi realizada a 5ª Oficina de Cobrança e Agência em
14 Colatina-ES, ressaltando a grande participação e representatividade nesta Oficina e que o Ponto
15 de Pauta que tratará das discussões a respeito da Minuta de Deliberação sobre Mecanismos de
16 Cobrança será de nivelamento dos passos que já foram dados e de informações sobre tudo o que
17 foi discutido e aprofundado no âmbito das Oficinas. Colocou ainda que o CBH está caminhando
18 dentro do que foi traçado com o objetivo de tomar decisões importantes como a implementação da
19 Cobrança, observando sempre o cronograma que foi traçado. Em seguida, franqueou a palavra
20 aos membros da mesa, que a usaram na seguinte ordem: Sr. Robson Monteiro, que cumprimentou
21 os presentes e os integrantes da mesa, reforçou a fala do Presidente sobre o momento importante
22 vivido pelos CBHs e informou que no dia vinte e nove de outubro acontecerá um Seminário sobre
23 Cobrança pelo Uso da Água com a Visão do Setor Usuário em Vitória-ES e convidou a todos para
24 participar. Informou também que no dia anterior acontecerá, também em Vitória-ES, uma reunião
25 da Câmara Técnica de Cobrança do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTOC-CNRH) na
26 qual apresentará o processo de implementação da Cobrança e Agência na Bacia e desejou um
27 bom trabalho a todos; Srta. Débora de Viterbo, representando a Dra. Cleide Pedrosa (Diretora do
28 IGAM), justificou a ausência da mesma colocando que o IGAM está participando de todo o
29 processo desde o início que estará junto com os demais parceiros nesta empreitada; Joema
30 Alvarenga saudou a todos desejando bons trabalhos, colocou que está chegando o final do ano e
31 que decisões importantes serão tomadas nesse curso espaço de tempo, mas que estamos nos
32 capacitando e nos preparando para estas decisões, acreditando que serão as melhores para a
33 bacia. Como Coordenadora do Grupo Técnico de Articulação Institucional (GTAI), testemunhou o
34 empenho do Grupo em discutir em profundidade todas as questões e garantir que os diversos



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

35 pontos de vista sejam democraticamente acertados. A cada passo são feitos pactos,
36 compromissos importantes em conjunto. Informou que nesta última Oficina realizada em Colatina-
37 ES as discussões foram muito densas, profundas e muito sérias e que nesta Oficina foi pactuado
38 um calendário aceito por todos os presentes e que a cada passo o grupo se considera mais
39 preparado para estas decisões. Rodrigo Flecha, que em nome da Diretoria da Agência Nacional de
40 Águas (ANA), cumprimentou toda a mesa e demais Membros do CBH, enfatizou a fala da Sra.
41 Joema Alvarenga, sobre o trabalho do GTAI que se presa pela transparência das suas decisões e
42 recomendações, e que o entendimento que os órgãos gestores tem é nesse sentido, o trabalho em
43 conjunto que a ANA, o IGAM e o IEMA vem fazendo é nesse sentido de subsidiar tecnicamente o
44 Plenário do CBH, as Câmaras Técnicas e os demais Comitês. É um princípio que a ANA vem
45 adotando junto com o IEMA e o IGAM de sinalização de Cobrança pelo uso da água, colocou ainda
46 que os cenários apresentados estão fortemente embasados no Plano Integrado de Recursos
47 Hídricos, nos Planos de Ação e na necessidade de uma Agência robusta, para que se faça a
48 distinção necessária entre o CBH como entidade política e a Agência como entidade técnica para
49 dar resultados. Colocou também que a ANA, assim como vem fazendo nos CBHs onde já existe
50 Agência, está aportando recursos nos anos iniciais onde existem mais dificuldades, como exemplo
51 na bacia do rio São Francisco onde a ANA entrou com cerca R\$ 1.200.000,00 (um milhão e
52 duzentos mil reais), exclusivamente para o custeio da Agência Peixe Vivo e assim, também está
53 disposta a estudar para o Doce. Roberto César, como representante dos Usuários, cumprimentou
54 primeiramente a platéia, mas em especial os colegas Usuários, agradeceu a realização das
55 reuniões setoriais desejando que os trabalhos possam construir o melhor resultado para o Comitê.
56 Elisa Costa deu as boas vindas a todos os Membros do CBH-Doce e demais CBHs, informou que
57 já existia quorum, colocou sua satisfação de acompanhar e perceber a evolução dos debates em
58 relação a implementação do Plano e na aposta de que nos próximos anos teremos nossa bacia
59 recuperada e isso é o sentimento que permeia todos os participantes e que há hoje um
60 cronograma a ser seguido, segundo, um debate intenso de todos que fazem parte da bacia, todos
61 dando sua contribuição para que a bacia seja recuperada. Na sequencia, agradeceu a presença
62 dos demais membros da Diretoria, colocando que vem sendo mantido um diálogo permanente de
63 convergência das ações e posicionamentos para representar o pensamento do conjunto do
64 Comitê. Agradeceu o empenho dos órgãos gestores, em especial da ANA, com o apoio através
65 dos técnicos sempre presentes acompanhando o Comitê, da mesma forma os estados de Minas
66 Gerais, através do IGAM e Espírito Santo, através do IEMA. Colocou que apesar das dificuldades
67 inerentes ao ano eleitoral, o debate está caminhando de maneira que no próximo ano sejam
68 implantadas a Agência e a Cobrança, complementando os recursos que foram buscados nos



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

69 orçamentos da União e dos Estados para recuperação da bacia. Procedeu-se o desfazimento da
70 mesa, permanecendo os Membros da Diretoria. A Secretária Executiva prosseguiu, anunciando a
71 pauta do dia: 1º) Aprovação da Ata da Décima Primeira Reunião Extraordinária do CBH-Doce
72 realizada no dia 14/07/2010, em Governador Valadares-MG; 2º) Discussões a respeito da Minuta
73 de Deliberação sobre Mecanismos de Cobrança para a Bacia do Rio Doce; 3º) Apresentação sobre
74 estágio de implementação do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia do
75 Rio Doce – GTAI; 4º) Discussões sobre estratégias e ações para implementação do Plano
76 Integrado de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Doce; 5º) Assuntos gerais. Solicitou à Plenária
77 manifestação sobre a Ata da Décima Primeira Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada no
78 dia 14 de julho de 2010 em Governador Valadares, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida
79 passou a condução dos trabalhos ao Presidente Leonardo Deptulski, que leu os demais pontos de
80 pauta, passando para as discussões a respeito da Minuta de Deliberação sobre Mecanismos de
81 Cobrança para a Bacia do Rio Doce, convidando a Sra. Joema Alvarenga para fazer uma
82 introdução sobre o tema. Joema coloca que esta fala é um compromisso do Doce em nivelar as
83 informações sobre as oficinas e reuniões do GTAI, coloca ainda que a rodada de reuniões já
84 aconteceu nos diferentes CBHs de Minas e do Espírito Santo, ficando faltando acontecer esse
85 nivelamento no CBH-Doce, portanto o Sr. Patrick Thadeu Thomas fará esse nivelamento. Patrick
86 dá bom dia a todos e coloca sua satisfação em participar pela primeira vez de uma plenária do
87 CBH-Doce, apesar de estar participando de reuniões de Câmaras Técnicas, Oficinas e do GTAI.
88 Informa que o objetivo é apresentar a minuta de Deliberação sobre os Mecanismos de Cobrança
89 em discussão, mas antes disso faz um histórico breve sobre o processo de construção da minuta.
90 Coloca que foram realizadas cinco Oficinas para discutir mecanismos, valores e estrutura da
91 Agência, sendo a última oficina realizada nos dias 06 e 07 de outubro em Colatina-ES com a
92 participação de mais de 40 pessoas, representantes de todos os segmentos do Comitê, Poder
93 Público, Sociedade Civil e Usuários. Disse que ao longo dessas discussões foram construídos
94 acordos, pactos que resultaram em uma minuta de Deliberação aprovada no âmbito do GTAI nos
95 dias 07 e 08 de julho em Aimorés, que foi encaminhada a todos os CBHs com atuação na bacia,
96 sendo que cada um dos CBHs deu início a uma discussão interna, em suas Câmaras Técnicas e
97 em suas Plenárias, de modo que até o momento temos CBHs que já aprovaram a Deliberação de
98 Mecanismos de Cobrança, como exemplo o CBH-Piracicaba e Suaçui e todos os três CBHs
99 Capixabas. No CBH-Doce, houve uma reunião da CTIL no dia 06 de Outubro em Colatina-ES onde
100 a minuta foi analisada e encaminhada para esta reunião do CBH-Doce. Informa que nesta reunião
101 a deliberação não será aprovada, serão apresentados os mecanismos que estão contidos nesta
102 deliberação para abrir para uma discussão entre os participantes do Comitê. Coloca ainda que esta



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

103 minuta dispõe apenas de mecanismos, que são equações que quantificam o uso da água e que os
104 valores ainda estão em discussão, tendo sido objeto de discussão da quarta e quinta Oficinas e
105 que ainda não foi construída uma minuta de deliberação de valores. Patrick começa a leitura da
106 minuta de deliberação, focando nos aspectos técnicos, nas equações, nas variáveis e nos
107 coeficientes. Na deliberação constam alguns considerandos, no Artigo 1º o estabelecimento dos
108 Mecanismos de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio da União na Bacia do Rio
109 Doce, nos termos do Anexo. A partir daí temos uma série de encaminhamentos, para os órgãos
110 gestores, ANA, IGAM e IEMA, e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Neste momento,
111 Patrick faz um destaque importante, para que a Cobrança se inicie em uma bacia é preciso que o
112 Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no caso de rios de domínio da União e os
113 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, no caso de rios de domínio dos estados, ratifiquem os
114 mecanismos e valores que o CBH propuser, então é preciso encaminhar ao Conselho para
115 ratificação, o Conselho aprova ou não aprova, ele não pode mexer na proposta que o CBH faz,
116 ficando a decisão no âmbito do Comitê. Uma vez o Conselho aprovado, os órgãos gestores tem
117 condições de operacionalizar a cobrança. No anexo da deliberação tem-se a definição dos
118 mecanismos que são as equações de cobrança, as fórmulas, a base de cálculo quantifica o uso da
119 água, tem-se o volume anual de água que é captada no rio, que tem um símbolo que é o Qcap, o
120 volume captado é aquela água que é retirada do rio; o volume anual lançado: quando se capta
121 água, faz-se um uso e dependendo do uso, pode-se utilizar toda a água ou devolver uma parcela
122 do que foi captado, como no caso do Saneamento, que normalmente devolve com alguma carga
123 poluente. Disse ainda que haverá uma cobrança específica relacionada ao lançamento de
124 poluente, então o volume lançado, também representado por Qlanç; em terceiro lugar a carga
125 orgânica que é lançada no rio, que é denotada por CO que é carga orgânica, que é quantificada
126 por meio de um parâmetro que se chama Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), que é a
127 quantidade de oxigênio que é necessária para degradar a carga orgânica, portanto é um indicador
128 que informa a quantidade de carga orgânica que está sendo lançada no rio, em termos de Kg de
129 DBO que é calculada e cobrada; um quarto tipo de uso, que é o volume anual de água transposto.
130 Nesse momento o Patrick faz um esclarecimento, as vezes entendemos transposição como
131 finalidade de uso, como se tem indústria, saneamento, mineração e irrigação, essas são
132 finalidades de uso, mas a transposição é um tipo de uso, como captação e lançamento, porque
133 pode-se ter transposição para qualquer finalidade de uso, a transposição do rio São Francisco, por
134 exemplo, tem a finalidade de abastecimento humano, mas se tiver uma vazão excedente pode-se
135 atender a irrigação, indústria, mineração e outros setores, então a transposição é um tipo de uso
136 que pode atender a diversas finalidades, então ela está separada como um tipo de uso,



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

137 completando a formula: captação, lançamento e transposição. Um outro ponto importante é que os
138 volumes, quer sejam captados, transpostos ou lançados, são aqueles que constam da outorga, o
139 usuário será cobrado com base na sua vazão outorgada, mesmo que o usuário não use nada.
140 Continuando, o valor da cobrança total é a soma de três parcelas, a parcela de captação,
141 lançamento e transposição. Se o usuário só capta, não lança e não transpõe, vai pagar só pela
142 captação, como é o caso da irrigação. No caso do saneamento, o usuário vai pagar pela captação
143 e pelo lançamento. No caso da transposição, que é a interligação de bacias, o usuário vai pagar só
144 pela transposição e não pela captação, não havendo cobrança em duplicidade. Completando,
145 existe o $K_{gestão}$, que é multiplicado pela equação inteira, sendo o valor padrão igual a um, mas pode
146 ser igual a zero, zerando o valor da cobrança se os recursos não retornarem à bacia, isso acontece
147 automaticamente, não dependendo de decisão do comitê. Portanto, temos duas condições para
148 que a cobrança seja interrompida: a primeira é se a LDO não incluir as despesas da Cobrança
149 como aquelas que não objeto de limitação de empenho, ou seja, se o recurso não for
150 contingenciado; segundo, se a ANA não transferir os recursos da cobrança, ou seja, houver o
151 descumprimento do contrato de gestão celebrado entre a ANA e a entidade delegatária. Esse
152 coeficiente dá a garantia ao Comitê que os recursos serão aplicados integralmente na bacia de
153 origem. Passando agora para o detalhe de cada uma das três parcelas: a primeira da captação,
154 que é a multiplicação do Q_{cap} pelo Preço Público Unitário (PPU). A proposta é que o coeficiente de
155 captação considere dois parâmetros, a classe de enquadramento e as boas práticas de uso e
156 conservação da água, ficando então a multiplicação de um $K_{cap\ classe}$ e um K_t , o $K_{cap\ classe}$ levará em
157 conta a classe de enquadramento o corpo hídrico onde se faz a captação, sempre igual a um, em
158 quanto o enquadramento não for aprovado pelo CNRH. O K_t será igual a um, exceto para Uso
159 Agropecuário, ou seja, irrigação e criação animal, para o qual se propõe igual a 0,05, significando
160 que este setor terá um valor a pagar vinte vezes menor que os demais setores. Para este setor,
161 verificou-se no início da Cobrança em outras bacias, que se cobrasse do setor agropecuário o
162 mesmo dos demais setores, praticamente se expulsaria o setor agropecuário da bacia, pois não
163 teriam condições de pagar. Em alguns casos o valor da cobrança estava maior que o lucro,
164 inviabilizando o negócio, portanto, como o objetivo da Cobrança não é inviabilizar nenhum setor
165 usuário, pelo contrário, é permitir que todos possam contribuir para a recuperação da bacia, então
166 foi discutido um coeficiente que alterou o valor de cobrança para este setor. Cada bacia discutiu
167 um valor de coeficiente, em função das particularidades do seu setor, e no caso do Doce foi
168 proposto esse valor de 0,05. Há uma previsão de que no futuro o CBH possa aperfeiçoar esse
169 coeficiente. No início o que se busca é dar início a Cobrança com uma metodologia simplificada
170 que seja de mais fácil entendimento pelos usuários, mas fácil de implementação e na medida que



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

171 as discussões avancem, que a Agência seja criada e que o conhecimento sobre os usos na bacia
172 aumentem, pode-se aperfeiçoar a metodologia. A exemplo do Paraíba do Sul que está se reunindo
173 discutir a segunda rodada de aperfeiçoamento, após quatro anos da primeira; Passando para a
174 segunda parcela, de lançamento da carga orgânica, cujo valor é a multiplicação da carga orgânica
175 lançada em termos de DBO pelo $PPU_{lanç}$, sendo a carga orgânica medida em Kg/ano. A carga é a
176 multiplicação da concentração pelo volume lançado, que são dados que constam da outorga.
177 Existe uma regra específica que foi discutida e implementada em outros CBHs, que é o caso do
178 usuário que comprove por meio de medição que for atestada por órgão outorgante e o órgão
179 ambiental, que a carga orgânica lançada é menor que a carga que ele capta no mesmo corpo
180 d'água e superando as metas de enquadramento do trecho de lançamento, o cálculo da cobrança
181 pelo pagamento poderá ser revisto, buscando a compensação; Na terceira parcela, tem-se o
182 volume anual transposto multiplicado pelo PPU_{transp} e um coeficiente específico para a classe, que
183 nesse momento é igual a um, mas quando o enquadramento for aprovado pelo CNRH, ele poderá
184 variar. Ao final, Patrick pontua sobre um artigo que já sinaliza a necessidade de aperfeiçoamentos
185 futuros, ou seja, os mecanismos deverão ser avaliados com periodicidade máxima de quatro anos
186 após o início efetivo da cobrança, podendo ser modificados a qualquer tempo por iniciativa do
187 Comitê. Terminado a apresentação da minuta de deliberação, abriu aos participantes para
188 questionamentos. Maria de Lourdes (VALE) coloca que imaginava que seriam apresentadas
189 algumas considerações que foram levantadas na CTIL, por algum Membro da CTIL. Patrick
190 informa que o Sr. Fábio Brasileiro fará esta apresentação. Maria de Lourdes lembra que sempre a
191 CTIL é a última instância de consulta antes da apresentação, à Plenária, da deliberação conjunta
192 conclusiva. Argumentou que seriam necessárias várias reuniões setoriais para discussão do tema,
193 a exemplo do CBH-Velhas, em que a Indústria levou alguns meses discutindo, mostrando que é
194 necessário um tempo maior para essa discussão, colocando que a peculiaridades precisam ser
195 retratadas, elas estão pendentes até que retratem o que as reuniões setoriais deliberarem ou
196 decidirem. Por fim, colocou que há uma grande confusão sobre transposição ser considerado um
197 uso de água, defendendo que a transposição é uma finalidade, partindo do princípio de que para
198 se fazer uma transposição é necessária uma captação de água, sendo então a captação um
199 uso. Outro equívoco é se referir aos diversos segmentos e setores (mineração, saneamento) como
200 finalidades de uso, . Patrick coloca que a apresentação da deliberação hoje é apenas para
201 discussão e que não vai se deliberar hoje, então sendo uma discussão pode haver alterações na
202 plenária, pode ter alterações nas próximas reuniões setoriais, inclusive na próxima plenária que for
203 deliberar, sendo importante que haja estas discussões até que todas as dúvidas seja sanadas e
204 todos os posicionamentos sejam colocados, para que no dia em que for tomada a decisão ela seja



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

205 tomada com tranquilidade e consenso. Com relação ao conceito de transposição, Patrick coloca
206 que a transposição é um uso e a finalidade é o fim a que aquele uso se destina, a exemplo da
207 irrigação e etc, sugerindo que isso seja aprofundado na reunião setorial em seqüência, após pediu
208 ao Sr. Fábio Brasileiro que fizesse a apresentação. Fábio cumprimenta a todos, justificando a
209 ausência da Presidente Andreia Carvalho e do relator Breno Lasmar por questões de agenda,
210 coloca que a CTIL se ateuve aos aspectos legais, lendo as recomendações: incorporar o anexo da
211 deliberação ao seu texto, criar um artigo ou parágrafo para esclarecer as diferenças entre os
212 tipos/modos de uso de captação, lançamento e transposição; alteração da redação dos artigos
213 primeiro, segundo e sexto da minuta da forma expressa, ficando assim: Art. 1º Ficam estabelecidos
214 os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia
215 hidrográfica do rio Doce, nos termos do Anexo Único (ou, com a exclusão do anexo e incorporação
216 como texto único da deliberação) desta Deliberação. Art. 2º Esta Deliberação deverá ser
217 encaminhada, após aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para: I - À ANA; II –
218 Ao IGAM; III – Ao IEMA; IV - Ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais; V - Ao
219 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo; VI – Aos CBHs dos rios Piranga,
220 Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga, Manhuaçu, Guandu, Santa Maria do Rio Doce e São
221 José. Art. 6º Os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos deste anexo deverão ser
222 avaliados com periodicidade máxima de até 4 (quatro) anos após o início efetivo da cobrança,
223 podendo ser modificados a qualquer tempo por iniciativa do comitê. O parecer nº 05/2010 da CTIL,
224 diz: A Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL, em atendimento à Comunicação Interna n.º
225 07/2010/CBH-Doce, e em conformidade com a 2ª Reunião Extraordinária realizada em 06/10/2010,
226 analisou sob o aspecto legal, a minuta de Deliberação que “Dispõe sobre mecanismos de cobrança
227 pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce”, emitindo parecer informando
228 quanto à sua regularidade jurídica, recomendando que a Plenária do CBH-Doce promova os
229 debates necessários à sua conclusão, reservando ainda o direito de análise final antes da reunião
230 plenária deliberativa. Colatina-ES, 06 de Outubro de 2010. O Sr. Edson Valgas (CENIBRA), faz
231 duas considerações, sendo a primeira sobre a equação da cobrança pela captação, quando se fala
232 do K_t , que vai iniciar com valor 1, não levando em conta o aumento da eficiência na captação ou os
233 investimentos em ações visando a recuperação da bacia; o segundo, na equação de lançamento,
234 como sugestão, que seja incluído um KDBO, que seria um coeficiente para avaliar e considerar a
235 especificidade do lançamento. Patrick coloca que as propostas são bem vindas, mas solicita que
236 as propostas sejam apresentadas de uma forma mais detalhada. Por exemplo, nos aspecto do
237 K_{cap} , sendo a proposta de fazer uma avaliação do valor um em função das boas práticas, seria
238 interessante apresentar quais são as boas práticas e quais são os critérios que serão adotados pra



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

239 levar em conta essas boas práticas, para assim conseguir internalizar na equação essas boas
240 práticas. Esse mesmo raciocínio vale para o lançamento. Hoje é considerado um parâmetro só que
241 é o DBO, que tem um coeficiente multiplicador que pode aumentar ou diminuir a cobrança,
242 dependendo de algum critério, é preciso estabelecer esses critérios, e eventualmente se pensar na
243 inclusão de outros parâmetros de poluição como, por exemplo, sólidos em suspensão, que é um
244 parâmetro relativo a mineração. Neste momento Patrick reforça a questão da simplicidade,
245 lembrando que todos os CBHs começaram com mecanismos simples, com poucos parâmetros e
246 coeficientes, na medida em que se avance nos conhecimentos da bacia, aperfeiçoam-se os
247 mecanismos acrescentando inovações e aperfeiçoamentos. O Sr. Raimundo Pereira (Sindicato
248 rural de Gov. Valadares) exemplifica que no caso do saneamento, o consumidor arcará com o
249 aumento do custo devido à Cobrança, no caso do setor agropecuário, mesmo com a redução de
250 vinte vezes, quem arcará é o próprio produtor, que será penalizado em relação a outros setores.
251 Coloca ainda que só se preocupam em cobrar, mas não viu ainda a preocupação com o aumento
252 da disponibilidade de água. Patrick responde sobre a questão do ônus para o produtor, coloca que
253 a idéia não é onerar nenhum setor usuário e sim viabilizar ações de recuperação da bacia. Existe
254 um plano aprovado na bacia, onde consta um plano de investimento, e como não há
255 disponibilidade de recursos suficientes por parte dos orçamentos dos governos e fundos, haverá a
256 necessidade de aporte de recursos adicionais, observando sempre a capacidade de pagamento
257 dos usuários. Patrick informa sobre os benefícios para o setor, a exemplo de outras bacias, onde o
258 que o setor de irrigação pagou e o que ele recebeu de volta em Programas específicos para o
259 setor, verificando-se que ele recebe muito mais do que paga. Citou como exemplo o Programa
260 Produtor de Água, que remunera o produtor rural pelas boas práticas, recebendo um benefício
261 direto. Colocou ainda o compromisso de implantar esse Programa na bacia do rio Doce, inclusive
262 aportando recursos da ANA para desenvolvimento da metodologia e elaboração de projetos. Com
263 relação ao questionamento da disponibilidade de água, o Sr. Nelson Freitas (ANA) colocou que o
264 Plano contempla sim, elegendo sete questões referenciais, sendo uma destas questões
265 referenciais o aumento da disponibilidade de água, incluindo mapeamento das áreas mais críticas.
266 Coloca ainda que as ações para implantação da Cobrança e da Agência é que darão
267 consequência ao plano. Rodrigo Flecha (ANA) informa, no que diz respeito ao saneamento, que a
268 primeira cobrança aconteceu no Paraíba do Sul, onde a COPASA repassava para a fatura do
269 consumidor o valor de referente à Cobrança, mas recentemente a Agência Estadual de Regulação
270 de Saneamento de Minas Gerais proibiu que se fizesse isso. O setor de saneamento tem um
271 índice de perdas físicas e não físicas, em média da ordem de quarenta por cento, existindo um
272 espaço para melhorar a desempenho da prestação dos serviços de saneamento, usando de



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

273 maneira mais eficiente a água, reduzindo os custos operacionais e de exploração. Maria de
274 Lourdes (VALE) informa que na conta da COPASA, de sua residência, está sendo apresentada a
275 cobrança pelo uso da água , pagando cinquenta e seis centavos pela água e quarenta e oito
276 centavos pelo esgoto. Demétrius (UFV) concorda que o processo de Cobrança deve começar de
277 forma simples, questionando o porque do valor de cobrança ser considerado um valor anual e não
278 um valor mensal e, no contexto de simplificação ser considerado o uso de transposição e não
279 incluir, por exemplo, o consumo. Coloca a titulo de contribuição que no caso da DBO, no Doce,
280 deve ser olhada com mais critério, principalmente no caso da mineração. Outra questão colocada
281 foi a falta das PCHs, que não entram na cobrança compulsória da geração de energia. Patrick
282 explica a questão do valor anual e do valor mensal, colocando que a Cobrança tem uma base de
283 cálculo anual, com base no volume anual, para fins de simplificação de cálculo, no entanto, o
284 boleto é emitido mensalmente, de acordo com o valor anual, portanto a Cobrança é mensal.
285 Informa que são emitidos os carnês de cobrança duas vezes ao ano, ou seja, um carnê de boletos,
286 no início e no meio do ano. Com relação a inclusão da transposição e a não inclusão do consumo,
287 coloca que a transposição é um uso que existe nas outras bacias, todas as bacias que tem
288 Cobrança tem transposições e todas elas tem cobrança da transposição, com mecanismos
289 diferentes em cada uma delas, mas O CBH entendeu que deveria ser cobrado, mesmo com o
290 mecanismo simplificado, ele já pode conter o uso da transposição. Com relação a ele estar
291 separado como tipo de uso e não como especificidade de captação, é um entendimento conceitual
292 da ANA de que a transposição é um tipo de uso diferente, ela não é uma captação e nem
293 consumo, é uma intervenção humana que altera o regime hídrico de duas bacias. Com relação ao
294 consumo, não se observa mudança do comportamento do usuário com a cobrança do consumo,
295 por outro lado, dá um trabalho enorme para ser calculado, é um aperfeiçoamento importante, mas
296 não está tendo o retorno que se espera, então neste momento, para efeitos de simplicidade, ele
297 fique de fora, mas seja incorporado futuramente. Sobre as PCHs, existia no Paraíba do Sul a
298 intenção de cobrar, mas existiu um entendimento do setor hidrelétrico de que elas estariam isentas
299 da cobrança, então houve um conflito jurídico, até entre a ANA e a ANEEL, sendo necessária a
300 edição de uma norma, e enquanto isso não se resolve o CNRH entendeu que não teria Cobrança
301 das PCHs. Então até que isso seja resolvido, poderíamos até propor a cobrança de PCHs, mas
302 quando chegasse no Conselho, não seria aprovado. Luiz Cláudio (VALE), concorda com o
303 Demétrius, em prol da simplificação, colocando que a transposição é uma especificidade da
304 captação, citou que nos CBHs Piracicaba e Piranga, o entendimento foi de tirar o Q transposição e
305 que ele fosse transformado, por exemplo, em um K aplicado na vazão de captação. Entende
306 também que deveria deixar os Ks de forma genérica, uma vez que estes deveriam ser discutidos



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

307 separadamente com cada segmento. Outra colocação foi que também nas deliberações dos CBHs
308 Piracicaba e Piranga, foi incluído um artigo, sugerindo que também fosse colocado na deliberação
309 do Doce, que a Cobrança fosse iniciada após a realização de uma campanha de retificação e
310 ratificação das informações declaradas, dando a possibilidade dos usuários verificarem o que está
311 cadastrado, antes do início da Cobrança. Colocou a preocupação com a uniformidade das
312 deliberações, do Doce com os outros comitês e entre eles, e em que momento isso será verificado.
313 Afonso Bretas (Sindicato Rural de Gov. Valadares), entende que as empresas de saneamento não
314 devem cobrar dos consumidores o valor pago pela Cobrança, em função das grandes perdas em
315 suas operações, gerando duas consequências, a primeira é que o consumidor acaba pagando por
316 estas perdas, segundo essas empresas estão captando mais água do manancial do que precisa,
317 cabendo às empresas aprimorarem seus processos, evitando que estes ônus acabem sobrando
318 para o consumidor. Outra questão colocada é que o produtor rural não consegue repassar, tal
319 como os SAAEs conseguem, o valor da Cobrança para seus produtos, ficando sujeitos ao valor de
320 mercado. Mesmo com a redução de vinte vezes no valor, os produtores não sabem se será muito
321 ou pouco, colocando as diversas particularidades do setor. Marcelino (Associação Beija-Flor)
322 coloca que sobre transposição é necessário discutir mais, principalmente esclarecer os valores que
323 podem ser transpostos, citando vários exemplos existentes e que a sociedade tem pouca
324 informação sobre qual a finalidade de determinada transposição, sobre qual volume será utilizado,
325 questiona ainda sobre até quando quem fizer outorga primeiro vai ter garantia do volume e quando
326 a bacia precisar utilizar mais água de onde vai tirar. Finalizando sua participação, acha que
327 colocando a transposição junto com a captação acabará complicando ao invés de simplificar.
328 Eduardo (ABES) solicitou ao Patrick a confirmação do volume, se seria o volume máximo de
329 captação, vinte e quatro horas por dia ou vai considerar o tempo da captação. Quanto à
330 transposição, pelo seu entendimento, é considerado quando for de uma bacia para outra e não
331 internamente na mesma bacia. Maria de Lourdes solicita que seja resgatado para a próxima
332 reunião do Comitê a conclusão, apresentada na Oficina de Ouro Preto, de que a parcela de
333 consumo está sendo cobrada sim, uma vez que no Cenário 2 definido pela ANA os valores
334 mostram que, comparativamente aos valores de captação e consumo vigentes na cobrança feita
335 nas bacias Paraíba do Sul e do PCJ, pode-se dizer que houve uma incorporação dos valores do
336 consumo pelos valores da captação.. Édson (SAAE de Governador Valadares) coloca que quando
337 se fala de perda física e não física, fala-se das perdas por ligações clandestinas que não aparecem
338 na conta, vazamento na tubulação é uma perda física, quando se cobra pelo metro cúbico não está
339 cobrando só pela água, mas também pela energia elétrica, pelos investimentos nas tubulações.
340 Concorda com as enormes perdas e que é o momento da busca pela eficiência. Coloca que a



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

341 empresa de saneamento não deve ser vista como vilã, ela vai contribuir e muito, a partir do
342 momento que ela vai captar uma água que não tem qualidade, tornar essa água potável e
343 posteriormente através de uma ETE tratar o esgoto e devolver ao manancial a água em situação
344 muito melhor que quando foi captada. Patrick responde aos comentários, começando pelo Luiz
345 Cláudio, lembra que esta minuta de deliberação ainda está em discussão, vão haver outras
346 reuniões e a decisão será tomada futuramente, lembra também que quatro CBHs da bacia do
347 Doce já aprovaram suas deliberações colocando a transposição como uso específico e separado,
348 indo no sentido da uniformização das deliberações. Esse mesmo raciocínio vale para a questão
349 dos coeficientes genéricos, é possível ainda a alteração, exemplificando que o valor de 0,05 para o
350 setor rural ainda pode ser alterado, assim como outros coeficientes para outros usuários. Destacou
351 que os segmentos estão participando das discussões e estão sendo ouvidos, lembrando que não é
352 só nas reuniões setoriais, mas também em todas as Oficinas, contando com a participação de
353 todos os segmentos. Coloca que a campanha de re-ratificação do cadastro é uma praxe na ANA e
354 nos órgãos que estão integrados do ponto de vista de sistema, como o IGAM. O IEMA está
355 caminhando para essa integração. Estando isso na deliberação, reforça mais ainda essa proposta,
356 sendo muito oportuna a contribuição. Com relação ao repasse colocado pelo Afonso, sugere a
357 utilização do simulador de cobrança que está disponível na página da ANA, onde é possível
358 simular a cobrança como um todo e como usuário individual. Quanto a finalidade da transposição
359 colocada pelo Marcelino, informou que essa discussão é importantíssima, mas essa cobrança
360 colocada será sobre transposições já existentes, outorgadas e portanto já verificadas pela área
361 técnica da ANA, ficando essa discussão para as novas transposições. Sobre o questionamento do
362 Eduardo, quanto ao volume máximo médio, colocou que a Cobrança é com base na outorga e a
363 outorga tem o volume médio que é utilizado e tem o volume máximo que é uma referência do pico
364 máximo que poderá ser utilizado em determinado instante, mas a cobrança é sobre o volume
365 médio. Como exemplo citou o caso de um usuário que utiliza da água nos meses de janeiro a
366 março e não utiliza no restante do ano, portanto este usuário pagará somente pelos meses
367 utilizados. Quanto ao questionamento da Maria de Lourdes, de que o consumo estaria sendo
368 incorporado, Patrick coloca que do ponto de vista de mecanismos o consumo está fora, do ponto
369 de vista de montantes arrecadados, depende dos preços unitários, dependendo de como for
370 definido os preços unitários o montante a ser arrecadado vai ser semelhante a bacias que levam
371 em conta o consumo, mas o uso como mecanismo, como base de cálculo, não está na equação.
372 Para fechar, teve o comentário do Edson, sobre a ineficiência, colocando que é um problema geral
373 do setor, sendo algumas empresas com mais e outras com menos, entendendo que é um esforço
374 de todos tentar diminuir e acha que a Cobrança ajuda a tentar estimular a melhoria da eficiência.



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

375 Rodrigo Flecha esclarece para Maria de Lourdes que a Sra. Luiza de Marilac (IGAM) acaba de
376 informar que a Agência Reguladora de Saneamento a partir desse trimestre, outubro a dezembro,
377 não se cobrará mais. Dando seguimento aos trabalhos, o Presidente Leonardo Deptulski, achou
378 importante dizer que foram realizados vários encontros e Oficinas, o GTAI tem analisado esse
379 ponto, mas o que aconteceu hoje talvez aponte a necessidade de um novo encontro do Comitê
380 antes da assembléia de dezembro, para continuarmos a discussão desse ponto de pauta, se ao
381 final houver o entendimento dessa necessidade, poderemos encaminhar dessa forma para que se
382 possa aprofundar, assim como foi feito nas Oficinas, que não tem o mesmo caráter do Comitê. O
383 presidente passa para o próximo ponto de pauta que é a apresentação do andamento do Pacto
384 para Gestão Integrada, convidando a Sra. Joema e o Sr. Nelson Freitas. Joema coloca que o
385 GTAI, recentemente, agregou mais um integrante de cada comitê, ficando cada CBH representado
386 por um integrante de cada segmento, portanto a composição do GTAI ficou mais equilibrada.
387 Colocou também que está sendo mantida no GTAI a prática adotada no GAT de trabalhar
388 partilhadamente e cooperativamente todas as idéias, contribuições e propostas dos segmentos.
389 Estão sendo construídas passo a passo as decisões que estão sendo tomadas e os
390 encaminhamentos, pois o GTAI não é deliberativo, é mediador, tendo o cuidado de ao tomar suas
391 decisões de encaminhamento sempre respeitar as decisões que venham dos CBHs. O processo
392 tem sido reformulado, como o próprio cronograma do pacto, as agendas foram alteradas para
393 atender as necessidades e as propostas dos segmentos. Colocou também que já foram realizadas
394 cinco reuniões, sendo a maioria antecedida de uma Oficina e o entendimento do Grupo é que as
395 decisões são dos CBHs. Solicita ao Nelson que faça a apresentação. Iniciou falando do processo
396 de integração e que o Plano é o grande responsável por este estágio de integração na bacia. Após
397 passou as fotos das primeiras Oficinas para Implementação da Cobrança e Agência, em 2009,
398 onde não se falava ainda do Pacto. Colocou que só em março deste ano que foi então celebrado o
399 Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo,
400 órgãos gestores e todos os dez comitês com atuação na bacia, apontando os três principais
401 objetivos, sendo a definição de marcos para gestão; o estabelecimento das responsabilidades e
402 compromissos entre os comitês e os gestores; e a criação de uma sistemática que permita
403 acompanhar o alcance das metas. Passou então as fotos da assinatura do Pacto e da terceira
404 Oficina, realizada em maio em Ipatinga-MG, onde foi realizada também a segunda reunião do
405 GTAI. Informou que a criação do GTAI foi em continuidade ao GAT, sendo a primeira reunião do
406 GTAI coincidente com a última do GAT. Mostrou também fotos das rodadas de reuniões para
407 discussão dos mecanismos nos CBHs de rios afluentes, ficando faltando apenas o CBH-Doce, no
408 qual realizou essa discussão. Lembrou que na terceira reunião do GTAI realizada em Aimorés,



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

409 onde foi elaborada as minutas de deliberação de mecanismos, o caso da redução dada aos
410 usuários do setor agropecuário foi discutido. Após mostrou fotos da décima primeira reunião
411 extraordinária do CBH-Doce, realizada em Governador Valadares-MG, em julho deste ano, onde
412 foi aprovado o PIRH. Continuando, mostrou também as fotos da quarta Oficina em Ouro Preto-MG
413 que coincidiu com a terceira reunião do GTAI, e depois as fotos da quinta oficina realizada no final
414 de outubro em Colatina-ES. Completando mostrou um cronograma de atividades de curto prazo,
415 de outubro a dezembro. Sendo parte desse cronograma as reuniões setoriais que servirão de
416 subsídio para reunião do GTAI, quando se elaborará a minuta de deliberação de valores de
417 Cobrança. Edson Valgas questiona sobre a mudança do local da próxima reunião do GTAI, que
418 estava previsto para acontecer em Governador Valadares-MG mas foi transferida para Aimorés-
419 MG. Nelson explica que como estava prevista a realização de mais uma Oficina de Cobrança e
420 Agência e que se decidiu não realizá-la neste momento, e como para a realização do GTAI não
421 tem previsão de logística, até cogitou-se a realização na UAR/ANA, mas logo foi descartada por
422 não ter espaço suficiente, então a alternativa de um local amplo, adequado e sem custo, foi o
423 Instituto Terra em Aimorés-MG. A UAR/ANA está providenciando um transporte a partir de Gov.
424 Valadares e o custeio da alimentação. Leonardo passa então para o último ponto de pauta, que
425 trata das discussões sobre estratégias e ações para implementação do Plano Integrado de
426 Recursos Hídricos na Bacia do Rio Doce, informando que foi realizado no Espírito Santo, um
427 encontro entre o Governo do Estado, IEMA, CIPE-Rio Doce e os Secretários das pastas,
428 resultando em um encaminhamento de várias propostas às Secretarias que tem afinidades com os
429 investimentos na área de recursos hídricos, ficando o IEMA responsável por trazer para a última
430 Assembléia do CBH-Doce, informações mais precisas do que foi incluído no orçamento de 2011 e
431 o comparativo com o que estava incluído no orçamento de 2010, para verificar a evolução. Joema
432 informa que parte da Diretoria esteve em Belo Horizonte-MG e reuniu-se com a Secretária de
433 Planejamento e Gestão, ficando acertado a inclusão de programas que foram avaliados como
434 prioritários no orçamento Mineiro para 2011, com aporte significativo de recursos, mas infelizmente
435 não será possível dar informações mais precisas. Com relação à reunião ocorrida com objetivo de
436 alocar recursos da União, Leonardo informa que houve uma reunião na ANA com a participação de
437 vários órgãos do Governo Federal, dentre eles, do Ministério das Cidades, Integração Nacional,
438 Meio Ambiente, e que só teremos informações mais precisas assim que o Governo Federal
439 encaminhar a proposta orçamentária, solicitou que o Rodrigo Flecha ficasse responsável em trazer
440 para a última assembléia do ano, essas informações. Ainda neste ponto, Leonardo coloca que foi
441 verificada a necessidade de uma capacitação do GTAI e da CTPlano para acompanhar a
442 implementação do PIRH-Doce, solicitando então aos órgãos gestores ANA, IGAM e IEMA que



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

443 providenciem essa capacitação, todos foram de acordo com a proposta, sendo aprovada.
444 Finalizando, informou sobre as reuniões setoriais que estão previstas para a tarde de hoje e manhã
445 do dia 22/10. Colocou ainda que estas reuniões foram solicitadas durante a quinta Oficina em
446 Colatina-ES pelos Usuários e atendida pelo CBH-Doce, com o apoio dos órgãos gestores. Havia o
447 entendimento de que estas reuniões seriam mais abertas, mas chegou-se a conclusão de que
448 seriam realizadas discussões mais aprofundadas entre os representantes de cada setor, sem
449 prejuízo ao processo. Deixa em aberto a necessidade de realização de uma nova reunião antes da
450 última reunião do CBH-Doce, que está prevista para 16 de dezembro, em Governador Valadares-
451 MG. Maria de Lourdes esclarece que na Oficina de Ouro Preto-MG, onde foi dado exemplo do que
452 aconteceu no CBH-Velhas e de como o resultado das reuniões foi bom, onde cada segmento
453 conversou entre si, dentro das suas especificidades, colocou que esta foi a proposta feita ao CBH-
454 Doce, onde as discussões seriam mais aprofundadas, não sendo pensado fazer isso em uma
455 reunião de apenas duas horas, como foi convocado. Então essas reuniões que aconteceram hoje e
456 amanhã seriam para aproveitar a vinda dos usuários a Gov. Valadares e para as próximas
457 reuniões, os usuários se articulariam para realizar as reuniões com mais tempo e aprofundamento.
458 Ficando o entendimento que numa próxima reunião do Doce esse assunto retorna com as
459 contribuições dessas reuniões setoriais. Leonardo confirma o entendimento da Maria de Lourdes.
460 Rodrigo Flecha coloca que infelizmente a Maria de Lourdes não estava presente em Colatina-ES e
461 que as dúvidas apresentadas por ela não são pertinentes, uma vez que os demais usuários que
462 participaram da Oficina provavelmente relataram o ocorrido e acordado na Oficina, sendo que o
463 que está previsto em relação às reuniões setoriais foi acordado na Oficina, portanto a ANA colocou
464 toda sua equipe à disposição para começar a discutir as especificidades que o setor industrial quer
465 apresentar e quer receber, colocando também a possibilidade de realização de outras reuniões
466 setoriais e até mesmo uma reunião extraordinária do CBH-Doce, como colocou o Presidente. Maria
467 de Lourdes coloca que é esse o entendimento e que à tarde representantes do setor da Indústria
468 irão se reunir, mas é importante ficar claro que o molde, a forma das reuniões setoriais propostas é
469 uma coisa muito diferente desses encontros de uma ou duas horas. Leonardo coloca como última
470 questão a necessidade ou não de ter uma reunião extraordinária antes da assembléia de 16 de
471 dezembro, lembra que o GTAI tem a representação de todos os comitês e dos três segmentos
472 representados nos comitês. Luiz Cláudio colocou que é muito difícil nesse momento saber se
473 precisa ou não de uma reunião, vai depender muito do andamento das reuniões setoriais, mesmo
474 que uma reunião extraordinária pode ser convocada com mais facilidade, propondo deixar em
475 aberto. Patrícia Coelho (FIEMG) coloca seu receio de que não consigamos manter esse
476 calendário, levando em consideração essas discussões aprofundadas dos setores, ficou claro a



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

477 ansiedade da agricultura, do saneamento, indústria e mineração em discutir e chegar a um nível de
478 detalhe particular de cada setor, não acreditando que dia 16 de dezembro estaríamos com todos
479 os detalhes e conclusões afinadas. O Presidente faz a votação, ficando aprovada a proposta
480 apresentada pelo Luiz Cláudio, da reunião ficar em aberto. O Presidente do CBH-DOCE agradeceu
481 a presença de todos. Nada mais havendo, deu por encerrada a sessão, e, concluídos os trabalhos
482 propostos, eu, Elisa Maria Costa, lavrei a presente ata por mim firmada.

483 **Presenças CBH-Doce: Representantes Titulares e Suplentes do Poder Público Federal:**
484 Danilo Augusto Santos de Magalhães (MMA); **Representantes Titulares e Suplentes do Poder**
485 **Público Estadual:** Robson Monteiro dos Santos (IEMA); Adele Meire Rodrigues Rena (IEF);
486 **Representantes Titulares e Suplentes do Poder Público Municipal:** Leonardo Deptulski (PM
487 Colatina-ES); Joseane Viola Coelho (PM Baixo Guandu-ES); Giordani Leandro (PM Coronel
488 Fabriciano-MG); Elisa Maria Costa (PM de Governador Valadares-MG); Arnaldo Edgard Lage da
489 Silva (PM Itabira-MG); **Representantes Titulares e Suplentes do Setor de Abastecimento**
490 **Urbano:** Karina Luna Moura (CESAN-ES); Valdete Soares Santos Gomes (SAAE Baixo Guandu-
491 ES); Edson de Oliveira Azevedo (SAAE de Governador Valadares-MG); José Orlando Junqueira
492 Mafra (SAAE de Guanhões-MG); **Representantes Titulares e Suplentes do Setor de Indústria e**
493 **Mineração:** Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (VALE); Edson Valgas de Paiva (Cenibra) Patrícia
494 Sena Coelho (FIEMG); Raquel Sant'Ana Coelho Nepomuceno (Barbosa e Marques) Henrique
495 Lobo Gonçalves (IBRAM); **Representantes Titulares e Suplentes do setor de Irrigação e uso**
496 **Agropecuário:** Afonso Luiz Bretas (Sindicato Rural de Governador Valadares – MG); Raimundo
497 Rodrigues Pereira (Sindicato Rural de Governador Valadares-MG); Amauri Pires de Alvarenga
498 (Fazenda Três Marias – MG); Roberto Cezar de Almeida (FAEMG); Alexandre Coelho dos Santos
499 (FAEMG); **Representantes Titulares e Suplentes do Setor Hidroeletricidade:** Mario Augusto
500 Cintra Ramos (Guanhões Energia S/A); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (BRASCAN)
501 representada por Maria Célia Gama Peres; Rander Abrão Tostes (Sá Carvalho); **Representantes**
502 **Titulares e Suplentes de Organizações Civis:** Marcelino Mendonça de Aquino (Associação Beija
503 Flor); **Representantes Titulares e Suplentes das Organizações Técnicas de Ensino e**
504 **Pesquisa:** Marco Antônio de Carvalho (IFES-Colatina); Demétrius David da Silva (UFV- MG);
505 Eduardo Ferreira de Carvalho (ABES); **Representantes Titulares e Suplentes das**
506 **Organizações Não Governamentais:** Joema Gonçalves de Alvarenga (Instituto Pró-Rio Doce);
507 **Convidados:** Daniele Silva Gomes (FIEMG); Nelson Neto de Freitas (ANA); Rodrigo Flecha
508 Ferreira Alves (ANA); José Estevam Silva (CBH-Piracicaba); Abrahão Elesbon (IFES/UFV); Rodrigo
509 de Paula Freitas (Cenibra); Marcelo Axer (Cenibra); Amauri Ferreira (Cenibra); Raquel Vieira do
510 Amaral (UFV); Maria de Lourdes dos Santos (Vale); Débora V. dos Anjos Oliveira (IGAM); Patrick



Aprovada em 16 de dezembro de 2010

511 Thomas (ANA); Evandro Nunes Lusifith Felipe (CBH-Piracicaba); Fábio Brasileiro (PM de
512 Governador Valadares); Huldres de Morcatti (CBH-Piracicaba).

513 **Justificaram ausência:** Cleide Izabel Pedroza de Melo (IGAM); Renato Romagna (Sindicato Rural
514 de Colatina); Guilherme Ribeiro Giuberti (Sitio Barra do Paraíso); Ana Paula Alves Bissoli
515 (Consórcio Rio Guandu); Lucas Henrique C. Venturim (Sanear); Adonai José Lacruz (Instituto
516 Terra); Robspierre Ferraz de Souza (EMATER); Daniel Pereira de Araújo (Instituto Álvaro Aguirre)
517 Odilon Machado Neto (ArcelorMittal); Márcia Roing Sperb (Energest S.A).

518

519 Governador Valadares, 21 de outubro de 2010.

520

521

522 LEONARDO DEPTULSKI

523 Presidente do CBH-Doce

524

525

526 ELISA MARIA COSTA

527 Secretária do CBH-Doce